

ESTÁGIO SUPERVISIONADO E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DOCENTE: EM FOCO A GESTÃO EDUCACIONAL E OS ESPAÇOS NÃO ESCOLARES

Supervised internship and its implications in teacher training process: in focus the educational management and non-school spaces

Ângela Mara de Barros Lara¹
Kethlen de Leite Moura²
Camila Maria Bortot³

RESUMO: Tivemos por objetivo nesse artigo apreender a respeito do Estágio Supervisionado em Gestão Educacional do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá e suas implicações no processo de formação do pedagogo. Essa pesquisa, derivada da relação entre teoria e prática do campo educacional, busca nortear uma prática compatível com o cenário da educação e da escola pública brasileira. Preparar futuros gestores é uma tarefa que dispõe da construção de conhecimentos específicos da área estudada e que estejam em comunhão com o desenvolvimento diversificado da sociedade e das relações interpessoais. Para isso nos baseamos na análise do papel do estágio na formação do pedagogo, visto que este é quem proporciona ao discente o contato com as plurirealidades de sua futura profissão.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gestão Educacional. Estágio Supervisionado. Espaços não escolares.

ABSTRACT: The objective of the paper was seize about the supervised internship in Educational Management of the Pedagogy Course from State University of Maringa, and it's implications on the pedagogical formation process. This research, derived from the relation between theory and practice on the educational field, seeks to guide a practice compatible with the educational scenario and the Brazilian public school. Prepare future managers is a task that has the construction of specific knowledge of the studied area and that are in communion with the diversified development of society and interpersonal relations. For this, we used as a basis the analysis of the role of the stage in the formation of the pedagogue, since this is who gives the student the contact with the multi-realities of his future profession.

¹ Pós-Doutora em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora aposentada da Universidade Estadual de Maringá (UEM). E-mail: angelalara@ymail.com

² Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Instituto Paraná. Graduada em Pedagogia pela UEM. Professora Auxiliar do Departamento de Fundamentos da Educação (UEM), na área de Gestão Educacional. E-mail: klmoura@gmail.com

³ Pedagoga pela Universidade Estadual de Maringá. Mestranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Estado, Políticas Educacionais e Infância. E-mail: camilabortot@hotmail.com

KEYWORDS: Education. Educational management. Supervised internship. Non-school spaces.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apreender o Estágio Supervisionado em Gestão Educacional do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e suas implicações no processo de formação docente. O estágio oportunizou nosso contato com os diferentes tipos de espaços escolares e não escolares, ofertando-nos o entendimento do funcionamento e da articulação das instituições que compõe o sistema de ensino. Os espaços visitados abrangeram as seguintes áreas: a gestão em espaços não escolares, a gestão de conselhos, a gestão da rede e sistemas de educação e a gestão do sistema de proteção à criança e ao adolescente. Pretendemos apresentar os resultados do estágio supervisionado e relatar as experiências desenvolvidas a partir do processo de formação do pedagogo.

A experiência vivenciada no espaço não escolar de uma instituição não governamental embasou nossa reflexão sobre o trabalho e o atendimento escolar não formal, destinado às crianças e adolescentes expostos à situação de vulnerabilidade social, em período alternado ao escolar e a compreensão de que o atendimento ofertado não possui a finalidade da aprendizagem do conhecimento sistematizado, que é função da escola.

Neste contexto, se faz necessário pontuar o fato de que o Estágio Supervisionado em Gestão é prescrito na Lei n.º 11.788/2008, que dispõe no parágrafo 1º do art. 2, que “[...] estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma”. Este trato aparece também na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9394/96, e nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para o Curso de Pedagogia - Resolução CNE/CP n. 01/2006 no art. 8º:

[...] IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não-escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no

planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica (BRASIL, 2006).

Entende-se o período de estágio como momento rico de aprendizado, afinal é por meio da observação que se oportuniza a leitura do campo de atuação do pedagogo e seu cotidiano profissional. Quanto à formação prática “[...] o saber fazer de uma profissão enriquece-se com a aprendizagem pela via da formação prática, no contato com a multiplicidade do real” (GOMES, 2009, p. 72), este ensejo auxilia na construção da identidade profissional ao passo em que oportuniza a problematização acerca da profissão nos dando respaldo para compreendermos fatores relacionados com a realidade educacional como: o que é ser professor na atual conjuntura; as contradições, valores e concepções do educador e os saberes que circunda o espaço da escola (GOMES, 2009).

O estágio pode ser entendido como um momento de relação entre teoria e prática que insere o estagiário no campo de trabalho educacional, dando-lhe instrumentos metodológicos para o desenvolvimento de atividades. Assim, a elaboração deste artigo foi dada por meio da análise e das reflexões obtidas na prática e no estudo teórico.

Como professores em formação os graduandos do curso de Pedagogia precisam ficar atentos aos debates da educação atual, no que diz respeito à realidade do educando, suas necessidades educacionais e carências sociais. O sentimento de despreparo dos pedagogos atuantes é fruto da constatação de que a escola sozinha não tem êxito em suprir todas as necessidades infanto-juvenis. Não basta apenas a intervenção escolar para que a criança tenha todos os seus direitos garantidos, em muitos casos é preciso que tenhamos a intervenção dos espaços não escolares, em especial os espaços não governamentais, pois eles buscam atender às especificidades da criança ao qual a escola não consegue dar conta. Nesta perspectiva, o objetivo deste trabalho é ressaltar a importância do estágio na formação inicial do pedagogo, bem como elucidar o papel dos espaços não governamentais no atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade social e pessoal.

2 A GESTÃO EDUCACIONAL NA PERSPECTIVA DEMOCRÁTICA

A fim de entendermos os pressupostos do Estágio Supervisionado de Gestão Educacional é preciso que tenhamos em mente seu objeto de estudo: a gestão educacional. Vieira (2006) discorre que a gestão educacional é estruturada segundo a organização e as incumbências dos sistemas de ensino federal, estadual e municipal e depende das várias formas de colaboração e articulação entre os entes federados. Esta forma de sistematizar a educação está prevista na Constituição Federal (CF) de 1988, em seu art. 211 (BRASIL, 1988), e também na LDBEN n.º 9394/1996, no art. 8 que trata da organização da educação nacional.

As ideias do campo da administração empresarial amparada na lógica econômica entraram no campo educacional, influenciando a reformulação das políticas e, afetando os planos educacionais e o modelo de gestão. O processo de redefinição do papel do Estado, e as conseqüentes mudanças na administração pública brasileira direcionaram para novos modelos de gestão, focando em modernizar a educação nos aspectos de autonomia, descentralização, flexibilização e democratização.

Ideias do campo da administração empresarial proveram bases para a constituição do modelo de gestão educacional, tais formas gerenciais estão ajustadas no intento de superar os remotos padrões centralizadores da administração escolar. O discurso modernizador visava atender “[...] os princípios do neoliberalismo ou das exigências de mercado, dando coordenadas para a escola ser pensada sob uma nova lógica racional, diretamente ligada aos princípios econômicos [...]” (PERRUDE, 2017, p. 17).

As definições advindas da CF 88 para a gestão educacional e, posteriormente, da LDB nº 9394/1996 permitem que a situemos como espaço das ações dos governos. É importante sublinhar que a garantia legal da participação na gestão educacional é uma conquista social, fruto de embates ideológicos manifestos no contexto de redemocratização do país. Para Saviani (2010) a gestão educacional ainda se encontra estruturada sob uma base fortemente hierarquizada, que conseqüentemente pouco estimula a participação coletiva dos gestores, técnicos, funcionários, estudantes, pais, professores e comunidade local.

Convém destacar que a gestão educacional traduz “[...] um amplo espectro de iniciativas desenvolvidas pelas diferentes instâncias do governo” (VIEIRA, 2006, p.

63), ou seja, trata-se da organização da educação básica brasileira. Pontualmente, podemos dizer que a gestão educacional se refere a uma amplitude de empreendimentos elaborados pelos entes federados, seja em termos de responsabilidades compartilhadas na oferta de ensino ou de outras ações que desenvolvem no âmbito específico de sua atuação.

Levando em consideração essa maneira de gerir a educação básica brasileira, parece-nos contraditório esse princípio de *Sistema Nacional de Educação*, mas “[...] a contradição é apenas aparente e, não por acaso, a instância que representa e articula o que há em comum entre os diversos níveis dos entes federativos é feito pela ‘União’” (SAVIANI, 2010, p. 116). Os debates a respeito dessas questões da educação não são diferentes, visar a construção de um *Sistema de Educação* refere-se ao que pode ser encontrado nas questões legais e regulamentadas na LDB de 1996. Assim, a gestão educacional situa-se na esfera macro assentada no regime federativo uma maneira de complementar a gestão da educação no país (VIEIRA, 2006).

As incumbências destinadas a cada ente federado tendem a assegurar a elaboração do Plano Nacional de Educação, convém lembrar que essa organização integra às políticas e planos educacionais da União, Estados e Municípios, estabelecer um Plano “[...] é fruto de embates ideológicos, manifestos nas propostas pontuadas por vertentes conservadoras e progressistas e que disputam a hegemonia do campo educacional” (COELHO; VOLSI, 2017, p. 119).

É nesse cenário que o Estágio Curricular Supervisionado em Gestão Educacional proporciona vivências diferenciadas no que tange os diversos tipos de gestão: gestão da escola na relação com o Sistema Educacional, a gestão em espaços não escolares, a gestão de conselhos, a gestão da rede e sistemas de educação e a gestão do sistema de proteção à criança e ao adolescente. Lembramos que a gestão educacional está alinhada, sob uma base padronizada e fortemente hierarquizada, estimulando muito pouco a participação social e coletiva de gestores, técnicos, funcionários, estudantes, pais e professores.

Concordamos com Vieira (2006) que a gestão da escola na relação com o Sistema Educacional deve acontecer em um panorama onde sua democratização seja defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo democrático educacional das escolas. Nesse sentido a efetivação da gestão democrática na escola, é dada pela presença dos seguintes pontos básicos: os mecanismos de Políticas e Gestão na Educação, participação da comunidade escolar

e a garantia de financiamento das escolas pelo poder público. Para que haja a participação concreta dos membros da comunidade escolar, é necessário que o gestor, em parceria com o Conselho Escolar, crie um ambiente propício que estimule trabalhos conjuntos, que considere igualmente todos os setores, coordenando os esforços de funcionários, professores, pessoal técnico-pedagógico, alunos e pais envolvidos no processo educacional.

3 O ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM GESTÃO EDUCACIONAL E SUAS IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE FORMAÇÃO DO PEDAGOGO

A observação realizada durante o Estágio Supervisionado em Gestão Educacional foi caracterizada por elementos que oportunizaram a compreensão, organização e funcionamento da gestão dos sistemas público de ensino; propiciando vivências na prática de gestão educacional, além de ajudar na compreensão das atribuições do pedagogo na gestão educacional, mais especificamente, nos espaços não escolares. Neste processo de formação o estágio obrigatório supervisionado propõe integrar os estudos realizados ao longo do curso visando assegurar experiência de exercício profissional nos ambientes compreendidos pela gestão educacional.

A elaboração de um plano de estágio é fundamental no traçado das atividades a serem desenvolvidas nos espaços a serem visitados e na sala de aula. Para a construção desse plano desenvolvemos estudos teóricos acerca da gestão educacional, pedagógica e administrativa, além de estabelecer questões norteadoras do Estágio, sempre em consonância com os conhecimentos prévios dos alunos. Os planos de trabalho delimitaram objetivos a serem observados, assim como uma descrição da metodologia a ser utilizada para a coleta de dados.

Aqui cabe ressaltar que “[...] por meio do estágio supervisionado, construir e aprimorar esse processo de formação” e o contato com a Organização Não Governamental (ONG) em questão fez com que víssemos a “[...] oportunidade de superar a fragmentação da teoria e da prática” (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 55).

A ONG entrevistada, foi idealizada por esposas de homens influentes da cidade em que está localizada como: médicos, políticos e advogados. A instituição foi inaugurada com o apoio do primeiro arcebispo de Maringá, Dom Jaime Coelho, inicialmente a ONG desempenhava um papel de caráter assistencialista: atendia

apenas meninos, moradores de rua ou aqueles que não tinham família, dando-lhes alimentos e roupas ou oferecendo banho e lugar para dormir.

Com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) a instituição deixou de ser assistencialista e se tornou uma entidade social, sem fins lucrativos, com o objetivo de congregar as ações sociais de sua mantenedora, elaborando projetos próprios de cunho educativo não formal. A missão da entidade é a assistencial social para pessoas em situação de vulnerabilidade, contribuindo para a redução das desigualdades.

Para discutirmos sobre a educação não formal e o aparecimento das ONGs é necessário situar esse modelo dentro do contexto político, econômico, social e ideológico, tendo em vista que as organizações não-governamentais mudaram sua forma de trabalho e se aproximaram do governo na década de 1990 devido as mudanças nas relações sociais no Brasil. Para Perrude e Silva (2013) esse fenômeno assistencialista surge com a finalidade de manter a ordem em “[...] um modelo de Estado Mínimo no âmbito das políticas públicas” (PERRUDE; SILVA, 2013, p. 53), ressaltamos que há uma relação dialética entre os fenômenos sociais, estes são produtos e produtores da realidade.

Silva e Perrude (2013) alocam que as mudanças na configuração do Estado se condicionam à sua Reforma e à adoção da visão de um Estado Mínimo, ambas influenciam diretamente na elaboração e aplicação de políticas públicas com caráter compensatório.

Nessa perspectiva é importante ressaltarmos o objetivo da instituição entrevistada: a inclusão social de crianças e adolescentes e seus familiares em vulnerabilidade pessoal e social. Para alcançar tal finalidade a ONG procura a complementação das atividades escolares oferecendo alimentação adequada e orientações diárias de desenvolvimento pessoal e humano. Complementando Oslak (1998) descreve que a transferência das políticas sociais para a sociedade civil tem sido, praticamente, abandonada pelo Estado que tem cedido a execução de programas de bem-estar social à empresas privadas e as ONGs; então, de um lado percebemos a diminuição das ações estatais no enfrentamento das questões sociais e de outro as ONGs assumindo essa tarefa.

A parceria entre ONGs e o Estado encontra-se assentado na proposta do Plano de Reforma do Aparelho do Estado, em que para o ex-ministro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE) era necessário publicizar os serviços

não-exclusivos do Estado como a educação, ao transferir esses serviços para o setor público não-estatal segundo Bresser-Pereira (1999) facilitaria a democratização do Estado e da sociedade.

Em consonância com o relato apresentado até aqui, concordamos que “[...] a educação não formal [...] vem se consolidando por meio de propostas de trabalho voltadas para as camadas mais pobres da população” (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 51). Esta ideia se confirma ao caracterizarmos o público atendido pela instituição: adolescentes e crianças em situação constante de risco.

Tal apontamento se concretiza ao tomarmos ciência dos programas ofertados pela entidade: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos e Ação Comunitária Ampliada. O primeiro, organizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), conta com os seguintes projetos: Cidadania e Valores, Criando Arte, Cultura em Ação, Mundo Virtual e Nosso Espaço. O último é composto por projetos profissionalizantes: Aprendizagem: Serviços Administrativos e em Serviços de Comércio e Tecendo a Cidadania (Costura Industrial). Os programas oferecidos pela ONG vão ao encontro do que lembram Silva e Perrude (2013) ao afirmarem que a educação além de ser posta como solução para o desenvolvimento das novas relações socioeconômicas, também passa a ser vista como a elucidação dos problemas de sobrevivência humana.

Assistimos à emergência e à proliferação de programas, em particular na área da assistência social, conhecidos como de “apoio socioeducativo”, os quais buscam melhorar, por meio de atividades complementares, a trajetória escolar de crianças e adolescentes, com ênfase na população proveniente de camadas menos privilegiadas da população, condição posta para reduzir a desigualdade social (SILVA; PERRUDE 2013, p. 47).

A diretoria da instituição é ocupada por uma Irmã pertencente à Congregação Murialdinas de São José⁴ e a ONG conta ainda com voluntários e funcionários comprometidos com a causa. A questão financeira sempre traz desafios, a instituição passou por muitas dificuldades financeiras e estruturais que despertaram o desejo de

⁴ A Congregação das Irmãs Murialdinas de São José foi fundada na Itália no dia 22 de setembro de 1953, na cidade de Turim. No Brasil, o 1º grupo de Murialdinas iniciou em 09 de maio de 1954, em Fazenda Souza, Caxias do Sul, RS - com um grupo de jovens aspirantes orientadas pelo então Superior Provincial dos Josefinos de Murialdo, Pe. João Schiavo. Ver mais em: <http://www.murialdinas.com.br/site/origens.html>

ajuda da sociedade, assim Instituição recebe doações de várias naturezas: roupas, dinheiro, cheques, alimentos, móveis, calçados, instrumentos musicais.

A instituição recebe ajuda do Poder Público por meio de parcerias com a Secretaria Municipal Assistência Social Cidadania (SASC), do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e da polícia ambiental. O dinheiro derivado do Poder Público soma por volta de 45% do montante doado à instituição, o restante advém de recursos próprios e doações de pessoas físicas e jurídicas, os recursos próprios decorrem de promoções como rifas. A entidade ainda conta com o Projeto Acreditando no Futuro que convida cidadãos, investidores e administradores de empresas a “adotar crianças” por meio de uma contribuição mensal. De acordo com Barreto (1999) essa parceria entre ONGs e Estado, está baseada em resultado, conjugando a questão da flexibilidade “[...] o Estado assume o financiamento total ou parcial, e as organizações sociais qualificadas para tanto absorvem a prestação de serviços” (BARRETO, 1999, p.121). O SASC fornece o valor para pagar os educadores ligados ao serviço de convivência junto à assistência social e o dinheiro arrecadado é usado para pagar funcionários, adquirir materiais e realizar reformas.

Nesse contexto convém destacar o que Silva e Perrude (2013) apresentam que quando se trata da elaboração de programas a serem desenvolvidos pelo Poder Público, no que tange a contratação de profissionais, esses são muitas vezes educadores leigos ou com outra formação para desempenhar a atividade, além da participação de voluntários na execução dos projetos.

Ilustrando o citado, anteriormente, cabe descrevermos que o trabalho da ONG abrange as áreas: pedagógica, recreativa e de informática. É importante ressaltar que a apesar de ter caráter pedagógico a instituição não dá ênfase à parte educacional, está fica sob responsabilidade da escola. O corpo de funcionários é composto, majoritariamente, por profissionais de Educação Física, cerca de 85%, já que as atividades desenvolvidas no local têm muito a ver com o corpo e seu movimento: dança, jogos, lutas e esportes em geral. A instituição conta com duas profissionais que trabalham com a formação do aprendiz, o trabalho pedagógico é desenvolvido por orientadoras sociais, formadas na área da Educação Física.

Apesar da vasta natureza de formação dos profissionais engajados no trabalho da instituição, percebemos carência quanto ao número de pedagogos no trabalho com esse público, pois são esses profissionais em questão, que sabem trabalhar no campo pedagógico propriamente dito. Nesse sentido Silva e Perrude (2013) exemplificam:

Destaca-se a presença de profissionais de áreas afins (como Artes Visuais, Ciências Sociais, Geografia, Artes Cênicas, Educação Física, entre outros) que atuam como educadores e têm, portanto, uma formação específica, mas que, no entanto, não dominam as especificidades pedagógicas do trabalho nesses espaços (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 52).

A relação da entidade com o Município é tranquila, assim como a relação entre as escolas do município e a ONG que formam parcerias em benefício das crianças. A instituição entende que o papel da escola é fundamental e por isso trabalha de modo a contribuir para o sucesso escolar das crianças e procura acompanhar o desempenho escolar dos alunos oferecendo aulas de reforço, mantendo contato direto com as escolas e incentivando o estudo das crianças. De acordo com o discurso da ONG, Silva e Perrude (2013) fomentam a ideia:

[...] Parte das entidades vem desenvolvendo ações de caráter complementar ao formal, ou seja, oferecem, às crianças e aos adolescentes atividades que não são contempladas no ensino formal. No geral as entidades que atuam com crianças e adolescentes desenvolvem suas ações nos períodos matutino e vespertino, devendo as crianças e adolescentes, participar em período alternado ao escolar. Na maioria dos casos, os projetos atendem a crianças e adolescentes de baixa renda (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 48)

Definitivamente a ONG é um espaço importante, pois os projetos e atividades desenvolvidos em suas dependências e fora delas faz com que crianças e adolescentes deixem de estar nas ruas expostos ao álcool, drogas, violência doméstica, violência sexual, prostituição entre outros males existentes na sociedade. Embora, seja um consenso que o terceiro setor deva ocupar os espaços deixados pelo Estado, o trabalho de entidades como essa é considerado por muitos civis como uma forma de democratização.

Vale lembrar que mesmo exercendo um papel social importante as ONGs, como instituições integrantes do Terceiro Setor, desempenham atividades de interesse público, diminuindo e substituindo a responsabilidade do Estado em ofertar condições adequadas de saúde, educação, segurança e lazer aos seus cidadãos. Corroborando para a manutenção do Estado Mínimo, tal afirmativa nos remete, claramente, às concepções gerenciais e empresarias de gestão que, segundo Libanori, Stabelini e Freitas (2012), visam

[...] melhoria dos indicadores educacionais por meio da constituição de gestores escolares formados segundo concepções gerenciais de liderança, voltadas para planejamento estratégico, participação regulada e resultados eficientes. Esse gerencialismo voltado para o planejamento estratégico e a busca de resultados por meio da eficiência e da eficácia faz com que essas ONGs sejam consideradas operativas, ou seja, com a admissão de visão de gestão empresarial com as características do formalismo e da impessoalidade excluem a participação real do envolvidos, além de fragmentarem ainda mais a gestão escolar a nível estadual e federal, pois se cada escola obter a capacitação de seus gestores de uma ONG diferente, teremos tantas formas de gestão escolar diferenciadas e desconectadas quanto o número de ONGs existentes, que é enorme na atualidade (LIBANORI; STABELINI; FREITAS, 2012, p. 13)

Mesmo desempenhando o papel que deveria ser executado pelo Estado, deixando-nos dúvidas sobre seu *lôcus* de origem, o trabalho prestado pela Instituição envolve extremas responsabilidades e muitas vezes assume papel decisivo no jogo de “estica e puxa” vivenciado pela criança por conta da dualidade dos ambientes que compõe sua realidade: o ambiente proporcionado na entidade e o ambiente da rua.

O trabalho aqui desenvolvido nos conscientiza a respeito da contribuição para o bem das crianças e da comunidade. Inicialmente desempenhávamos um papel assistencialista atendendo meninos e moradores em situação de rua, dando-lhes alimento e roupas [...] com a criação do ECA a instituição deixou de ser orfanato e se tornou “escola” de atendimento ao público infantil mais pobre elaborando projetos de cunho pedagógico, de informática e recreativo e trabalhos voltados à assistência social [...] onde visamos a inclusão social de crianças e adolescente em situação de vulnerabilidade pessoal e social[...] nós ainda procuramos oferecer complementação de atividades escolares, boa alimentação e orientações diárias de desenvolvimento pessoal e humano [...] além de crianças atendidas, os demais frequentadores da ONG são adolescentes carentes que são atendidos pelo programa Pro Jovem [...] e ainda nós recebemos ajuda do Poder Público por meio de parcerias com a Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania (SASC), do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) e da Polícia Ambiental [...] nosso trabalho é desenvolvido por orientadoras sociais, que são formadas em Educação Física, uma professora de Informática formada em Estética e um professor de Música [...] (ENTREVISTADA)⁵

Em consonância com a entrevista transcrita acima percebe-se que “[...] a educação não-formal [...] vem se consolidando por meio de propostas de trabalho

⁵ Entrevista concedida pela diretora da Organização Não-Governamental, no dia 04 de março de 2017, como parte do requisito do Estágio Supervisionado em Gestão Educacional.

voltadas para as camadas mais pobres da população (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 51). Essa ideia se confirma ao observarmos o público atendido pela instituição que no caso são “[...] adolescentes e crianças em situação constante de risco, que constituem o grupo, quando abordamos os sujeitos envolvidos em atividades de educação não-formal” (SILVA; PERRUDE, 2013, p. 51).

A experiência que tivemos por meio da entrevista com a diretora da ONG, organizada dentro do Estágio Supervisionado de Gestão Educacional, permitiu que identificássemos uma relação entre gestão educacional e educação não formal.

Embora as ações da ONG não estejam sob o mando ou responsabilidade governamentais, ela oferta à sociedade serviços que são de responsabilidade do Estado, tanto na área educacional quanto na área social. Embora o trabalho realizado na ONG seja feito com dedicação e seriedade, comprometida com a assistência social, sabemos que este é obrigação do Estado, a educação não formal só existe porque o Estado fracassa no seu dever de ofertar à população o seu direito garantido na Constituição.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estágio Supervisionado em Gestão Educacional se constitui como um importante meio para propiciar o contato do estagiário com os diferentes espaços de formação. A experiência obtida a respeito da gestão em espaços não escolares nos possibilitou sensibilizar o olhar para os problemas inerentes à educação. Percebemos que o Estado ao adotar uma política de eficiência e diminuição dos gastos sociais, faz com que as ONGs assumam papéis de prestadoras de serviços assistenciais, diminuindo ainda mais os serviços estatais, como a educação.

Isso nos remete a discutir o sentimento de frustração que o pedagogo possui em relação ao sentimento de impotência perante a limitação de sua atuação e da práxis escolar na vida dos alunos. Logo, compreendemos o porquê da redução de custos por parte do Estado e, também que quadro de profissionais qualificados é deteriorado com a finalidade de aproveitar as experiências de outros profissionais no trabalho com populações carentes. Assim consideramos que a gestão educacional ocorre mediante a relação entre Estado e as ONGs, que se encaixam no tipo chamado de prestadores de serviços, ao construírem seus projetos as ONGs procuram adequá-los visando o financiamento público, assim como uma empresa privada.

5 REFERÊNCIAS

BARRETO, M. I. As organizações sociais na reforma do Estado brasileiro. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (Orgs.). **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 107-150.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP nº 1, de 15 de maio de 2006**. Brasília, DF: SEED, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp05_05.pdf>. Acesso em: 18 de jan. de 2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Diário Oficial. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 10 de dez. de 2016.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso: em: 10 de dez. de 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O público não estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

COELHO, M. P.; VOLSI, M. E. F. Bases legais da gestão democrática da educação e da escola. In: NOMA, A. K.; TOLEDO, C. de A. A. de. **Políticas públicas e educação escolar no Brasil**. Maringá: Eduem, 2017. p. 107-128.

GOMES, M. de O. **Formação de professores na educação infantil**. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBANORI, G. A.; STABELINI, A. M.; FREITAS, M. de. ONGs na gestão: a capacitação de gestores escolares pelo instituto Ayrton Senna e pela organização cidade escola aprendiz. **III Congresso Ibero Americano de Política e Administração da Educação**. 2012. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/GuilhermeAndolfattoLibanori_res_int_GT7.pdf> Acesso em: 30 de jan. de 2017.

OSLAK, O. **Sociedade e Estado: superando fronteiras**. São Paulo: Fundap, 1998.

PERRUDE, M. R. da S. Reforma do Estado e da Educação no Brasil a partir da década de 1990: novos padrões de administração pública e de gestão educacional. In: NOMA, A. K.; TOLEDO, C. de A. A. de. **Políticas públicas e educação escolar no Brasil**. Maringá: Eduem, 2017. p.41-58.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação**. *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, v.15, n.44, p. 380-392, ago. 2010.

SILVA, A. L. F.; PERRUDE, M. R. A atuação do pedagogo em espaços não formais: algumas reflexões. *Revista Eletrônica Pro-Docência/UEL*. Edição nº 4, vol. 1, jul.-dez. 2013. Disponível em: < www.uel.br/revistas/.../TEXTO%205%20-%20p.%2046%20a%2056.pdf>. Acesso em: 10 de dez. de 2016.

VIEIRA, S. L. Educação e gestão: extraindo significados da base legal. In: LUCE, M. B.; MEDEIROS, I. L. P. (Orgs.). **Gestão escolar democrática: concepções e vivências**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 27-42.

Data de Recebimento: 20/11/2017 Data de Aprovação: 16/12/2017
--